



Sábado

14-06-2018

Periodicidade: Semanal
 Classe: Informação Geral
 Âmbito: Nacional
 Tiragem: 116250

Temática: Sociedade
 Dimensão: 3534 cm²
 Imagem: S/Cor
 Página (s): 1/46 a 50

MILIONÁRIOS COM O NEGÓCIO DAS CASAS

Conheça quem transformou ruínas em casas de milhões, agentes imobiliários com elevadas comissões, os campeões do alojamento local

Carlos Lobo e Hugo Magalhães já gerem 49 imóveis no Porto em regime de alojamento local

Especial Mundial • José Milhazes leva-nos em viagem pela Rússia • Rui Miguel Tovar fala-nos de Espanha, o primeiro adversário • Os 100 melhores sítios para ver a selecção na TV

Sábado

14-06-2018

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Sociedade

Dimensão: 3534 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/46 a 50



Sábado

14-06-2018

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 116250

Temática: Sociedade

Dimensão: 3534 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/46 a 50

14 JUNHO 2018
SÁBADO • www.sabado.pt

A ligação de Manuel Pinho à EDP parece já não ser suficiente para os procuradores do Departamento Central de Investigação e Acção Penal, que pretendem alargar o âmbito da investigação a outras decisões do antigo ministro da Economia de José Sócrates, as quais estiveram directamente ligadas a interesses do Grupo Espírito Santo. Ancorados num relatório do inspector tributário Paulo Silva que, a partir de dados recolhidos na Operação Marquês, identificou pagamentos mensais de cerca de 15 mil euros a Manuel Pinho feitos por sociedades ligadas ao GES entre 12 Março de 2005 e 9 de Julho de 2009, período em que Pinho exerceu funções de ministro da Economia e da Inovação, os procuradores vão começar a vasculhar todos os procedimentos que levaram, por exemplo, à classificação como Projecto de Interesse Nacional (PIN) da Herdade da Comporta e da Plataforma Logística do Poceirão.

Quando, em Abril deste ano, Ricardo Salgado, antigo presidente do BES, foi constituído arguido no caso da EDP, a atenção mediática centrou-se nas suspeitas de corrupção sobre Manuel Pinho para favorecer os interesses da empresa em que o BES tinha uma participação de 10%. No entanto, uma leitura mais atenta do auto de constituição como arguido revela que o Ministério Público não só fez a ligação dos pagamentos a decisões sobre a eléctrica mas também, referindo-se à qualidade de Salgado como presidente do grupo BES/GES, a outras susceptíveis de "beneficiar esses grupos empresariais". Estava, assim, aberto o caminho para investigar Manuel Pinho e actos que dissessem directamente respeito ao Grupo Espírito Santo.

Depois de, em 2005, ter sido convidado por José Sócrates para ministro da Economia — já este ano, Pinho contou que conheceu o ex-primeiro-ministro por intermédio de António Costa, que os apresentou no camarote do BES durante o Euro 2004 —, a sua carreira governativa terminaria num debate

Portugal

parlamentar a 9 de Julho de 2009, quando o então ministro decidiu responder ao PCP com ambos os indicadores encostados à testa. Mas, dois anos depois de ter chegado ao governo e de ter introduzido os chamados PIN, cuja legislação, no fundo, isentava os promotores de passar por uma série de crivos (ordenamento do território e ambientais, sobretudo) antes da aprovação do projecto, Manuel Pinho assinou a 7 de Dezembro de 2007, juntamente com o então ministro do Ambiente, Nunes Correia, o despacho conjunto 2.173/2008, que reconheceu como de "interesse público" um projecto imobiliário para a "Herdade da Comporta, Actividades Agro-Silvícolas e Turísticas". O empreendimento passava pela construção de "hotéis, hotéis-apartamentos e aldeamentos turísticos de 4 e 5 estrelas, campos de golfe e outros equipamentos complementares", que dizia constituir "uma profunda melhoria em termos da qualidade da oferta turística da região, susceptível de captar novos mercados turísticos, com elevados padrões de exigência".

A Comporta e o golfe
 Três anos mais tarde, os caminhos de Manuel Pinho e a Herdade da Comporta voltam a cruzar-se, mas desta vez já não como ministro, mas

A Herdade da Comporta, em Setúbal, é um dos novos alvos da Investigação do Ministério Público

Os actos

Manuel Pinho classificou a Comporta como PIN e depois escolheu-a para um torneio internacional de golfe

CASO EDP ESTÁ A SER INVESTIGADO POR DOIS PROCURADORES DO DCIAP E POR UMA EQUIPA DA JUDICIÁRIA



como presidente da comissão executiva para a candidatura de Portugal à Ryder Cup de 2018, uma competição quadrienal de golfe, que, desde 1927, põe em confronto as selecções da Europa e dos Estados Unidos. Segundo os elementos recolhidos na Operação Marquês, Manuel Pinho, em 2010, continuou a receber os tais 15 mil euros/mês do GES. Também aqui Pinho corre o risco de ser indiciado por corrupção, uma vez que a tal comissão foi constituída pela Federação Portuguesa de Golfe, entidade que bene-

ficia do Estatuto de Utilidade Pública. Logo, os membros dos seus órgãos, para efeitos penais, estão equiparados a funcionários públicos.

Com o Algarve e a Herdade da Comporta a disputar a candidatura, quem terá ganho? A Herdade da Comporta. Depois de anunciado o vencedor, em Abril de 2010, o PSD/Algarve anunciou que iria pedir uma "explicação completa e sustentada sobre os critérios nos quais se baseou tão insólita decisão". Os sociais-democratas defenderam ainda que se devia apurar se o processo de candidaturas internas "foi claro e transparente, com prazos e condições iguais para todos os interessados". No Algarve, estranhava-se a opção pela Herdade do Grupo Espírito Santo, já que a mesma não dispunha de quaisquer infra-estruturas e não possuía qualquer ligação internacional a torneios de golfe, ao contrário da outra região. O então deputado social-democrata Mendes Bota acabaria por questionar o governo sobre a opção. Na resposta, foi dito que o processo foi claro e transparente, tendo cumprido todos os procedimentos previstos.

Mais um PIN de Pinho
 A rota de Manuel Pinho no governo voltou a cruzar-se com interesses do GES noutra ocasião. Desta

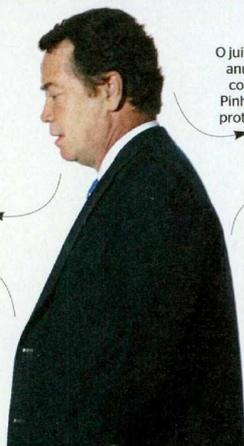
Manuel Pinho
 Foi ministro da Economia entre 2005 e 2009

1954

Nasceu a 28 de Outubro, em Lisboa. Tem 64 anos. É casado

Suspeitas

O Ministério Público indiciou-o pelos crimes de corrupção passiva e participação económica em negócio



Anulação

O juiz de instrução Ivo Rosa anulou, recentemente, a constituição de Manuel Pinho como arguido, após protesto do seu advogado

1,2

mil milhões é o benefício que, segundo o MP, a EDP obteve

A frase

"Nunca fui favorecido pela EDP, nem esta empresa me pagou viagens, estadia em hotéis e avanças"

Sábado

14-06-2018

Periodicidade: Semanal
Classe: Informação Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 116250

Temática: Sociedade²
Dimensão: 3534 cm²
Imagem: S/Cor
Página (s): 1/46 a 50



Foto: J. Rodrigues

vez, em 2008, através da Resolução do Conselho de Ministros 53/2008, de 6 de Março, que iniciou o procedimento para a construção de uma Plataforma Logística no Poceirão, Palmela, junto ao que seria o novo aeroporto de Lisboa. Documentos do processo Operação Marquês revelam que, meses mais tarde, a Mota-Engil, a Bento Pedroso Construção (actualmente Odebrecht), a OPWAY e a Espírito Santo Resources fundaram um consórcio para entrar no negócio da construção das Plataformas Logísticas, definido como uma prioridade nacional pelo governo de José Sócrates. Já o site do Banco Europeu de Investimento, que financiava o projecto, indica num estudo de impacto ambiental sobre a Plataforma Logística Multimodal do Poceirão que o proponente era a "LOGZ - Atlantic Hub, SA, empresa detida pelo consórcio OIL (grupo Odebrecht), TERTIR (grupo Mota-Engil), Espírito Santo Properties (grupo Espírito Santo), OPWAY e Sociedade Agrícola de Rio Frio (Grupo Londimo)".

2 milhões
 Entre 2002 e 2012, o chamado saco azul do BES transferiu mensalmente cerca de 15 mil euros para dois *offshores* de Pinho

O PARLAMENTO CRIOU UMA COMISSÃO DE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR EVENTUAIS BENEFÍCIOS DADOS À EDP

Contactado pela **SÁBADO**, Ricardo Sá Fernandes, advogado de Manuel Pinho, não quis prestar qualquer declaração sobre estas novas suspeitas, alegando que o seu cliente nunca foi confrontado com elas no processo. Sá Fernandes adiantou que Pinho está disponível para ir à Comissão Parlamentar de Inquérito esclarecer quais eram os objectivos das políticas de energia durante o seu mandato, mas não abordará questões directamente ligadas aos chamados CMEC (Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual) que possam colidir com matéria do processo.

Com a entrada no processo das novas suspeitas, o caso EDP pode tornar-se uma cópia da Operação Marquês, na medida em que as suspeitas iniciais foram evoluindo para algo quase completamente diferente. Em Novembro de 2014, quando foi detido à chegada de Paris, José Sócrates foi, essencialmente, confrontado com suspeitas à volta da sua relação com Carlos

Pilôu PROTEÇÃO NATURAL MÁXIMA RESPEITA O AMBIENTE

Repul'7

PRODUTOS REPELENTE, À BASE DE SUBSTÂNCIAS NATURAIS,

PULGAS |
 CARRAÇAS |
 MOSQUITOS

BOM PARA ELES, PARA SI E PARA O AMBIENTE

- Coleira e pipetas repelentes para gatos eficácia 90 dias
- Coleira, pipetas e shampoo repelentes para cães eficácia 90 dias

Os animais domésticos estão muito próximos de nós e das nossas crianças e por isso é melhor, para todos nós, que eles estejam protegidos contra pulgas, carracas e mosquitos com produtos de origem natural e simultaneamente que essas substâncias sejam amigas do ambiente.

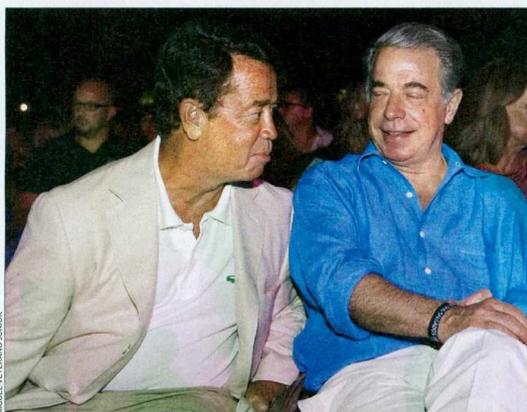
Na Europa e nos USA cães e gatos estão a mudar para

Utilize os biocidas com cuidado. Leia sempre o rótulo e a informação relativa ao produto antes de o utilizar.

Responsável pela ACM e Distribuidor:
PROCASA, L.da.
 Av. Sintra, 808 2754-520 Cascais
 Tel: 214 849 072
 E-mail: marketing@procasa.pt
www.procasa.nl

Laboratoire Vétérinaire AB7 IV

Fabricação Francesa Made in France



MICHEL VETTERAND / JONKER

▣ Santos Silva e o Grupo Lena. Quatro anos mais tarde, o processo tinha indícios de corrupção do empreendimento de Vale do Lobo até à Portugal Telecom.

Actas do Conselho de Ministros
 No que diz respeito à EDP, a tese dos procuradores Carlos Casimiro e Hugo Neto passa pela intervenção que Manuel Pinho teve, enquanto ministro, na cessação dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) e a passagem destes para os CMEC. Em resumo, uma fórmula que estabelece as compensações a pagar à EDP pelo facto de passar a vender a sua electricidade em mercado (antes era toda comprada pela REN), garantindo-lhe um nível de receitas equivalentes. O papel de Pinho, alegaram os procuradores, "desenvolveu-se no âmbito das condições que permitiram" à empresa liderada por António Mexia, "na revisão dos CMEC e na sua extensão sem concurso para a concessão de barragens", que terão beneficiado a EDP em 1,2 mil milhões de euros.
 "Investiga-se a decisão do governo, na qual o arguido Manuel Pinho teve um papel decisivo, de permitir à EDP continuar a explorar 27 centrais hidroeléctricas sem concurso público, através de uma subconcessão de direitos por parte da REN a quem estes seriam congestionados pelo Estado, por valores anormalmente baixos relativamente ao valor de mercado".

Outros arguidos
Há mais seis pessoas nos autos com esta qualidade

EDP Administradores
 Além de Mexia, João Manso Neto, Pedro Rezende e Jorge Ribeiro Machado

Política O ex-assessor
 João Conceição assessorou Pinho no governo e depois saiu para a REN

REN Gestora da rede
 São dois os arguidos: Rui Cartaxo, ex-presidente, e Pedro Furtado, antigo administrador

resumem os magistrados do Ministério Público num dos documentos do processo, já consultado pela **SÁBADO**.
 Para tentar robustecer as suspeitas, o Ministério Público pediu e, numa decisão inédita, o actual Governo entregou, várias actas de reuniões do Conselho de Ministros durante o consulado de José Sócrates, em que a questão dos CMEC foi debatida. O ineditismo desta situação prende-se com o facto de todos os governos se negarem a entregar as actas do Conselho de Ministros para efeitos de investigação

⦿ Depois de ter sido constituído arguido no caso EDP, Ricardo Salgado declarou: "Nunca na vida corrompi ninguém"

criminal, alegando sempre o segredo de Estado de tais documentos. Até à entrada no processo de Ricardo Espírito Santo, as suspeitas sobre Manuel Pinho e a EDP estavam circunscritas ao donativo de 1,2 milhões de euros que a empresa deu à Universidade de Colúmbia, nos EUA, para custear um seminário sobre energias renováveis, que seria leccionado, em 2010, por Manuel Pinho.

Num primeiro *email* enviado (a 2 de Dezembro de 2009) pelo *dean* da School of International and Public Affairs da universidade, John Coatsworth, a António Mexia, o primeiro, depois de agradecer o encontro entre ambos em Nova Iorque, refere estar tudo preparado para dar início ao seminário, declarando, desde logo, que Manuel Pinho seria o *visiting professor*. "Estranhamente", sublinharam os procuradores num despacho que consta do processo, a 23 de Janeiro de 2010, numa carta enviada a António Mexia, o professor norte-americano já não mencionou a reunião com Mexia, assim como não foi categórico relativamente ao convite a Manuel Pinho, dizendo apenas que o professor responsável pelo seminário seria seleccionado pela Universidade de Colúmbia depois de consultar a EDP. "Igualmente estranho é o facto de essa carta estar datada de 23 de Janeiro de 2010, quando só foi remetida pela Universidade a 15 de Junho de 2010", referem os procuradores, concluindo que isso "indicia fortemente a tentativa de ocultar a imposição" feita por António Mexia à universidade para "contratar" Manuel Pinho, como "condição para o financiamento da EDP ao seminário".
 Certo é que, por agora, a investigação está num impasse: o juiz de instrução Ivo Rosa anulou a constituição de Manuel Pinho como arguido e o Ministério Público tem recursos pendentes na Relação de Lisboa, contestando decisões do juiz. Entretanto, Manuel Pinho, Ricardo Salgado, António Mexia e outros seis arguidos aguardam pelo desenrolar do caso. ▣

1,2 milhões
 foi quanto a EDP pagou à Universidade de Colúmbia, nos EUA, para o curso sobre energias renováveis

RICARDO SALGADO É ARGUIDO EM QUATRO CASOS: OPERAÇÃO MARQUÊS, BES, MONTE BRANCO E EDP